



CRSIrecê

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE

Diário Oficial Eletrônico
Ano III

Diário Eletrônico – ANOIII– Edição nº 001 de 04 de dezembro de 2017 - Instituída pela Resolução nº 004/2017
Irecê-Ba, 03 de setembro de 2019



ÍNDICE

1. AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 009/2019
2. EDITAL Nº 023/2019 DO CREDENCIAMENTO Nº 009/2019



CRSIrecê

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE

Diário Oficial Eletrônico
Ano III

Diário Eletrônico – ANOIII– Edição nº 001 de 04 de dezembro de 2017 - Instituída pela Resolução nº 004/2017
Irecê-Ba, 03 de setembro de 2019

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº. 009/2019

O Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Irecê/Ba, CNPJ: 26.571.435/0001-80, faz saber que realizará Credenciamento nº 009/2019. Objeto: Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas interessadas em prestar serviços de neurologista e realização de exames de imagem para atender a demanda do mutirão de saúde na Policlínica de Saúde da Região de Irecê. Período de recebimento de documentação de habilitação e propostas: a partir de 03 de setembro de 2019. Local de entrega e maiores Informações: Rua Antônio Carlos Magalhães nº 84 A, Bairro Centro, Irecê-Bahia. Data: 03/09/2019. Carla Cristiane Rocha Ferreira – Presidente da Comissão de Credenciamento.



**EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 023/2019
PROCESSO DE ADMINISTRATIVO Nº 011908/2019
CREDENCIAMENTO Nº 009/2019**

O Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Irecê, CNPJ: 26.571.435/0001-80 com sede na Rua Antônio Carlos Magalhães nº 84 A, Bairro Centro, Irecê-Bahia, torna público, para o conhecimento dos interessados, que está instaurando processo de chamamento para fins de **CREDENCIAMENTO**, em conformidade com o disposto na **Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993**, e suas alterações, bem como na Resolução nº 003/2018, e segundo as condições estabelecidas no presente edital e nos seus anexos, cujos termos, igualmente, o integram.

1 – DO OBJETO:

Constitui objeto do presente, o **credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas interessadas em prestar serviços de neurologista e realização de exames de imagem para atender a demanda do mutirão de saúde na Policlínica de Saúde da Região de Irecê**, conforme especificações estabelecidas no Anexo I deste edital.

2 – DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO:

2.1. Poderão habilitar-se ao credenciamento as pessoas jurídicas de direito privado cujo ramo de atividades esteja relacionado ao objeto da prestação de serviços de que este Edital trata.

2.2. A participação neste CHAMAMENTO importa ao proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, e na tabela de valores de elaborada pelo Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Irecê através de cotação de preços.

2.3. Equiparam-se a pessoa jurídica:

2.3.1. O Empresário (arts. 966 a 980 da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil);

2.3.2. A empresa individual de responsabilidade limitada (art. 980-A da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil);

2.3.3. O Microempreendedor Individual-MEI (arts. 18-A e seguintes da Lei Complementar nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte – e art. 968, § 4º, da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil).

2.4 - Estão **impedidas** de participar do processo:

2.4.1. Os interessados cujo ramo de atividades não seja pertinente e compatível com o objeto do credenciamento de que este Edital trata;

2.4.2. Serão consideradas inabilitadas do presente processo, todas as pessoas jurídicas que deixarem de atender a quaisquer exigências estabelecidas no presente edital e seus anexos;

2.4.3. Empresa ou sociedade estrangeira que não funcione em nosso País;

2.4.4. **Interessado que:**

2.4.4.1. Se encontre suspenso temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a administração pública;

2.4.4.2. Haja sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.4.4.3. Se encontre impedido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992 (sanção decorrente de ato de improbidade Administrativa);

2.4.4.4. Esteja em dissolução ou em liquidação, hipóteses restritas a pessoa jurídica;

2.4.4.5. Se ache em processo falimentar, em processo concordatário ou em recuperação judicial ou extrajudicial (se pessoa jurídica sujeita a esses procedimentos);

2.4.4.6. Se enquadre nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/1993;



3 – DO CREDENCIAMENTO:

- 3.1. No período de **03/09/2019 a 31/12/2019**, no horário das 8hs00min às 12hs00min, mediante protocolo, a Comissão de Credenciamento receberá os envelopes contendo a documentação apresentada pelos interessados;
- 3.2. Após a abertura do envelope, a Comissão analisará e avaliará a documentação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da entrega. Será acrescido ao prazo de análise, o número de 2 (dois) dias úteis oferecido ao interessado para esclarecimentos, retificações, complementações da documentação;
- 3.3. As dependências poderão ser vistoriadas a qualquer momento por Equipe Técnica do Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Irecê ou pela própria Comissão;
- 3.4. A inscrição no credenciamento **não garante a contratação** do interessado pelo Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Irecê, podendo, no entanto vir a ser contratado de acordo com a necessidade da Administração;
- 3.5. Os interessados que tiverem suas inscrições deferidas farão parte do cadastro do Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Irecê e não poderão ser contratados pela Administração;
- 3.6. Concluída a pré-qualificação/inscrição no credenciamento e ao surgir à necessidade de contratação, os credenciados serão convidados a participar da sessão pública do sorteio das demandas, salvo se ocorrer à convocação geral de todos os credenciados para a realização do serviço. O convite para a sessão pública ou a convocação geral deverá ocorrer na forma prescrita na Resolução nº 003/2018;
- 3.7. Caso seja realizado sorteio o mesmo ocorrerá na forma prevista nos artigos 39, 40 e 41 da Resolução nº 003/2018;
 - 3.7.1. Expedido o Termo de Homologação do sorteio, dar-se-á início a contratação, respeitando o quanto estabelecido nos artigos 43, 44, 45 e 46 da Resolução nº 003/2018;
- 3.8. O credenciado, poderá solicitar seu descredenciamento a qualquer tempo, mediante o envio de solicitação escrita a entidade contratante, cujo deferimento deverá ocorrer no prazo máximo de **5 (cinco) dias**. O pedido de descredenciamento **não desincumbe** o credenciado do cumprimento de eventual contrato assumido e das responsabilidades a ele atrelada, cabendo em casos de irregularidade na execução de serviço a aplicação das sanções definidas neste edital.

4 – DA PROPOSTA

- 4.1. No caso de Pessoa Física a proposta de adesão devidamente assinada em todas as folhas, preferencialmente numeradas e deverá constar sua completa identificação, e-mail, endereço, telefone. A pessoa física deverá apresentar, ainda, declaração assinada, declarando expressamente que está de acordo com todos os termos e disposições do edital;
- 4.2. No caso de Pessoa Jurídica a proposta de adesão do interessado deverá constar sua completa identificação e endereço. E, ainda, declaração devidamente assinada, declarando expressamente que está de acordo com todos os termos e disposições do edital;
- 4.3. A proposta de adesão deverá ser apresentada em língua nacional, isenta de rasuras, emendas ou entrelinhas;
- 4.4. A proposta de adesão deverá ser apresentada dentro de **01 (um)** envelope fechado de forma a não permitir a sua violação, no protocolo do Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Irecê-BA, devendo constar em sua parte externa o seguinte:

DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

**CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE IRECÊ
RUA ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES Nº 84A, BAIRRO CENTRO – IRECÊ/BA.
CEP – 44.900-000**

A/C:

Comissão de Licitação

Rua ACM 84-A, Centro, Irecê, Bahia
www.consri.ba.gov.br - e-mail csrirece@gmail.com



4.4.1. Na parte externa do envelope deverá constar ainda a identificação completa do interessado (a), por meio de envelope preferencialmente timbrado ou através de impressão ou carimbo padronizado, conforme abaixo:

Nome do Credenciado:

N.º do CNPJ:

End.:

CEP:

Nome do responsável legal:

N.º de Telefone fixo:º de Celular:

E-mail:

5 – DA HABILITAÇÃO

5.1. Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados em cópias reprográficas autenticadas por Tabelião de Notas ou por publicações em órgão da imprensa oficial. As cópias reprográficas dos documentos também podem ser autenticadas por **quaisquer membros da comissão de Credenciamento**. As cópias reprográficas ficarão retidas no processo;

5.2. Os interessados obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação;

5.3. Será inabilitado o interessado que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital;

5.4. Para fins de habilitação, a Comissão de Licitação deverá verificar a autenticidade das certidões emitidas eletronicamente, em sítios oficiais;

5.5. Cada requerente de credenciamento poderá representar-se por apenas um representante, desde que o mesmo esteja devidamente munido de Procuração Pública ou Particular que explicitamente lhe conceda, o direito intervir nas fases do procedimento de habilitação, e que responderá, assim, para todos os efeitos, por seu/sua representado(a), devendo ainda, quando de suas manifestações, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou documento equivalente;

5.6. No caso de procuração particular a mesma necessariamente deverá ter firma reconhecida;

5.7. O Instrumento Público ou Particular de Procuração deverá estar no prazo de validade nele previsto, e quando não mencionado, será considerado válido dentro do prazo de até 01 (um) ano, a contar da data da sua concessão;

5.8. No caso de se tratar de sociedade, junto com a procuração deverá ser apresentada cópia autenticada, do correspondente contrato social, registrado, com as eventuais alterações averbadas, de modo a comprovar a detenção dos referidos poderes de representação;

5.9. As certidões exigidas para fins de habilitação deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos **60 (sessenta) dias** em relação à data do requerimento de credenciamento.

6. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

6.1. Habilitação da Pessoa Física:

6.1.1. Cópia do Registro de Identidade autenticada;

6.1.2. Cópia do CPF autenticada.

6.1.3. Cópia de comprovante de residência.

6.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

6.2.1. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal**, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade (pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual);

6.2.2. Prova de Regularidade com a **Fazenda Estadual**, em vigor;



6.2.3. Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal**, mediante a apresentação da Certidão de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, em vigor;

6.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **CNDT** - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, fornecida pelo TST - Tribunal Superior do Trabalho, com prazo de validade em vigor, nos termos do art. 642-A da CLT c/c o art. 29, Inciso V da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

6.3. Cópia do Diploma de formação em medicina e especialização em neurologia, para os interessados em se credenciar para neurologista.

6.4. Habilitação da Pessoa Jurídica:

6.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC/MF ou CNPJ);

6.4.2. Registro Comercial, arquivado na Junta Comercial respectiva, no caso de Empresa Individual;

6.4.3. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedade Comercial; e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado dos documentos referentes às eleições de seus administradores;

6.4.4. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da Diretoria em Exercício, devidamente registrado em cartório;

6.4.5. Decreto de autorização, em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.5 - Regularidade Fiscal e Trabalhista da Pessoa Jurídica:

6.5.1 - Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC/MF ou CNPJ);

6.5.2 - Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal**, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade (pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual);

6.5.3 - Prova de Regularidade com a **Fazenda Estadual**, em vigor;

6.5.4 - Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal**, mediante a apresentação da Certidão de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, em vigor;

6.5.5 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);

6.5.6 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **CNDT**- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, fornecida pelo TST - Tribunal Superior do Trabalho, com prazo de validade em vigor, nos termos do art. 642-A da CLT c/c o art. 29, Inciso V da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

6.5.7. Quando a execução do contrato for ficar a cargo de filial ou sucursal, a empresa deverá comprovar regularidade fiscal e trabalhista, tanto com relação à Matriz, como com referência àquela unidade.

6.6 - Qualificação Técnica da Pessoa Jurídica:

6.6.1. Alvará de Funcionamento (ou instrumento equivalente) atualizado, de acordo com a localidade relativa à sede ou domicílio da empresa;

6.6.2. Alvará Sanitário atualizado de acordo com a localidade relativa à sede ou domicílio da empresa;

6.6.3. Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que o interessado prestou, a contento, serviço da espécie de que este Edital cuida.

6.6.4. Relação de profissionais que será responsável pelos serviços, com nome completo, função, número da carteira profissional.

7. A PESSOA JURÍDICA DEVERÁ APRESENTAR AINDA OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

7.1. Requerimento, conforme modelo do anexo II que integra este edital;

7.2. Proposta, conforme modelo do anexo III que integra este edital;

7.3. Declarações, conforme modelos dos anexos IV e V que integram este edital;



8. DOS RECURSOS:

8.1. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei n.º 8.666.93 caberá recurso, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da intimação do ato, observando-se o disposto no art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

9 – FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE:

9.1. O pagamento será efetuado até o **5º (quinto) dia útil** do mês subsequente ao serviço e após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, e que deverá ser acompanhada da documentação necessária a sua liquidação, qual seja:

9.1.1. Ordens de serviço e nota fiscal, atestadas pelo setor competente;

9.1.2. Relação dos serviços prestados;

9.1.3. Valores totais.

9.1.4. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal**, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade (pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual); (Pessoa física e jurídica)

9.1.5. Prova de Regularidade com a **Fazenda Estadual**, em vigor; (Pessoa física e jurídica)

9.1.6. Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal**, mediante a apresentação da Certidão de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, em vigor; (Pessoa física e jurídica)

9.1.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**); (Pessoa jurídica)

9.1.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **CNDT**- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, fornecida pelo TST - Tribunal Superior do Trabalho, com prazo de validade em vigor, nos termos do art. 642-A da CLT c/c o art. 29, Inciso V da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. (Pessoa física e jurídica)

9.1.9. O preço dos itens descritos para o serviço a serem contratados será fixo e irrevogável até 30 de novembro de 2019, após este prazo, em caso de prorrogação contratual, os preços dos serviços contratados poderão ser reajustados através dos índices de variação de IPCA/IBGE em vigor;

9.1.10. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal/recibo, esses deverão ser corrigidos no prazo de **05 (cinco) dias**, não respondendo o Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Irecê-BA por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

9.2. É vedado o pagamento antecipado.

10 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

10.1. As despesas resultantes destes procedimentos correrão a conta das seguintes dotações:

UNIDADE: 02913 - Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Irecê.

AÇÃO: 8002 – Manutenção do Consórcio Público.

ELEMENTO: 339039.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

FONTE: 1910 – Recursos Próprios de Consórcios.

UNIDADE: 02913 - Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Irecê.

AÇÃO: 8002 – Manutenção do Consórcio Público.

ELEMENTO: 339036.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.

FONTE: 1910 – Recursos Próprios de Consórcios.

11 – DA VIGÊNCIA

11.1. A vigência do credenciamento será de **03/09/2019 a 31/12/2019**, podendo ser prorrogado nos termos e limites da Lei;

11.2. Durante a vigência do credenciamento é obrigatório que os credenciados mantenham regulares todas as condições de habilitação e que informem toda e qualquer alteração na documentação referente à sua habilitação jurídica, qualificação técnica e regularidade fiscal.



CRSIrecê

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE

Diário Oficial Eletrônico
Ano III

Diário Eletrônico – ANOIII– Edição nº 001 de 04 de dezembro de 2017 - Instituída pela Resolução nº 004/2017
Irecê-Ba, 03 de setembro de 2019

12 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

12.1. DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CREDENCIADO(A):

12.1.1. Executar os termos do instrumento contratual ou da ordem de serviço em conformidade com as especificações básicas constantes do edital, do instrumento contratual e da ordem de serviço;

12.1.2. Caso o credenciado tenha empregados, o mesmo será responsável, em relação aos seus empregados e ao serviço, por todas as despesas decorrentes da execução dos instrumentos contratuais, tais como: salários, encargos sociais, transporte, alimentação, hospedagem e outros que venham a incidir sobre o objeto do contrato decorrente do credenciamento;

12.1.3. Responder por quaisquer prejuízos que causar ao patrimônio do Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Irecê-BA ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

12.1.5. Manter durante toda a vigência do credenciamento e do contrato de prestação de serviço, todas as condições que ensejaram o credenciamento, em especial no tange à regularidade fiscal e trabalhista;

12.1.6. Responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços objeto deste edital, nos termos da legislação vigente, **sendo-lhe expressamente proibida a subcontratação**;

12.1.7. Permitir a fiscalização da credenciante;

12.1.8. Cumprir todas as obrigações que lhe caibam e que foram previstas no edital e seus anexos, bem como as obrigações previstas no contrato;

12.1.9. Aceitar ocorrência de alterações contratuais, inclusive com referência a acréscimos e supressões do objeto do contrato, nos termos do art. 65, da Lei nº 8.666/1993;

12.1.10. Prestar informações, fornecer dados e apoiar as ações necessárias ao pleno desempenho da fiscalização a cargo da Credenciante;

12.1.11. Informar, imediatamente, à Credenciante, eventual impossibilidade de realizar dos serviços, bem como a ocorrência de qualquer outra anormalidade relacionada à execução dos serviços;

12.1.12. A Credenciante poderá conceder prazo para que o(a) Credenciado(a) regularize suas condições de habilitação – sob pena de rescisão contratual – quando não identificar má-fé ou incapacidade sua de corrigir a situação;

12.1.13. A inadimplência do(a) Credenciado(a) com referência aos encargos trabalhistas, fiscais, comerciais ou por danos causados a terceiros não transfere à Credenciante a responsabilidade por seu pagamento nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização do serviço;

12.1.14. O(A) Credenciado(a) deverá respeitar todos os direitos e prerrogativas do Credenciante, além dos previstos em outras leis, os constantes dos artigos 58, 59 e 77 a 80 da Lei nº 8.666 de 21.06.93, os quais a contratada aceita e a eles se submete.

12.1.15. Os exames de ressonância serão realizados na empresa credenciada, os demais serão realizados na sede da Policlínica de Saúde.

12.2. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE:

12.2.1. Efetuar os pagamentos nos prazos e condições previstos no edital e no contrato;

12.2.2. Constituem direitos e prerrogativas do Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Irecê, além dos previstos em outras leis, os constantes dos artigos 58, 59 e 77 a 80 da Lei nº 8.666 de 21.06.93, os quais a contratada aceita e a eles se submete;

12.2.3. Exigir da contratada o cumprimento integral deste edital e do contrato.

12.2.4. O Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Irecê se reserva o direito de fiscalizar permanentemente a prestação dos serviços/fornecimentos pelos credenciados, sendo-lhe facultado o descredenciamento, quando a prestação for considerada de má qualidade, mediante a verificação através de processo administrativo específico, com garantia da representação do contraditório e da produção da ampla defesa;

12.2.5. O Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Irecê se reserva todos os



direitos e prerrogativas constantes dos artigos 58, 59 e 77 a 80 da Lei nº 8.666 de 21.06.93, além dos previstos em outras leis, os quais o(a) credenciado(a)/contratado(a) aceita e a eles se submete.

13 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

13.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa de **2% (dois por cento) do valor da obrigação**, nos casos de se negarem a cumprir com as obrigações assumidas expressa ou tacitamente, valor este atualizado até a data da sua liquidação através do índice de correção monetária apontado neste edital e no contrato;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a **2 (dois) anos**;

13.1.4. Poderão ser declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após, decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 13.1.3;

13.1.5. As sanções previstas nos item 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 deste edital poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**.

13.2. No caso de aplicação da sanção estabelecida no item 13.1.4, fica facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de **05 (cinco) dias da abertura de vista**, podendo a reabilitação ser requerida após **2 (dois) anos** de sua aplicação;

13.3. As sanções previstas nos itens 13.1.3 e 13.1.4 deste edital poderão também ser aplicadas às empresas que, em razão dos contratos regidos pela Lei 8.666/93:

13.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.4. Ao(À) Credenciado(a) poderão ser aplicadas as sanções e penalidades expressamente previstas na Lei nº 8.666 de 21.06.93, no Edital da Licitação e no Contrato.

14 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

14.1. Os casos omissos no presente edital serão resolvidos pela Comissão de Credenciamento com base na Lei Federal n.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e demais alterações e na Resolução n.º 003/2018.

14.2. A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado. A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato;

14.3. Qualquer modificação no presente EDITAL será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo, inicialmente, estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta.

14.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

14.5. Integram este Edital, independentemente de transcrição, os Anexos adiante listados:



Anexo I – Termo de Referência;
Anexo II – Modelo de Requerimento de Credenciamento;
Anexo III – Modelo de Proposta;
Anexo IV – Modelo de Declaração;
Anexo V – Modelo de Declaração de Inidoneidade – Pessoa Jurídica;
Anexo VI – Minuta de Contrato;

Irecê-Ba, 03 de setembro de 2019.

Carla Cristiane Rocha Ferreira
Presidente da Comissão de Credenciamento

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: **Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas interessadas em prestar serviços de neurologista e realização de exames de imagem para atender a demanda do mutirão de saúde na Policlínica de Saúde da Região de Irecê.**

PLANILHA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTT	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
1	CONSULTA/RETORNO COM NEUROLOGISTA	UND	700	150,00	105.000,00
2	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DO ABDOMEM TOTAL	UND	100	900,00	90.000,00
3	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DO ABDOMEM SUPERIOR, CRANIO, JOELHO, ARTICULAÇÃO, PELVE, COLUNA LOMBAR, CERVICAL, DORSAL.	UND	400	500,00	200.000,00



CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE

Diário Oficial Eletrônico
Ano III

Diário Eletrônico – ANOIII– Edição nº 001 de 04 de dezembro de 2017 - Instituída pela Resolução nº 004/2017
Irecê-Ba, 03 de setembro de 2019

4	CONTRASTE PARA RESSONÂNCIA MAGNÉTICA	UND	100	150,00	15.000,00
5	ULTRASSONOGRRAFIA (DIVERSAS)	UND	1000	50,00	50.000,00
TOTAL					R\$ 460.000,00

Alcides Cavalcante Lima Neto
Diretor Executivo

ANEXO II

I. Modelo de Requerimento de Credenciamento – ___/2019

CRENCIADO (A):
CNPJ/CPF:
INSCRIÇÃO MUNICIPAL:
ENDEREÇO:
TELEFONE(S):
E-MAIL:

Sr. Presidente,

Vimos, por meio do presente, requerer nosso credenciamento no item ___ do Anexo I, em conformidade com o Credenciamento nº 009/2019, juntando para tanto, todos os documentos exigidos, devidamente assinados e rubricados.

Declaramos ainda, sob as penas da lei, que:

Rua ACM 84-A, Centro, Irecê, Bahia
www.consri.ba.gov.br - e-mail csrirece@gmail.com



CRSIrecê

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE

Diário Oficial Eletrônico
Ano III

Diário Eletrônico – ANOIII– Edição nº 001 de 04 de dezembro de 2017 - Instituída pela Resolução nº 004/2017
Irecê-Ba, 03 de setembro de 2019

- a) Tomamos conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto deste credenciamento;
- b) Encontramo-nos idôneos para licitar, contratar ou firmar convênio com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;
- c) Concordamos integralmente com os termos do edital e de seus anexos.
- d) Concordamos com os preços preestabelecidos na Tabela Referencial.

Data:

Nome e assinatura do representante legal

Anexo III

MODELO DE PROPOSTA PARA CREDENCIAMENTO

Ao

Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Irecê

Comissão Permanente de Credenciamento

O interessado _____, inscrito no CNPJ nº _____, domiciliado à _____, nº _____, _____, UF: __, requer sua inscrição no CREDENCIAMENTO 009/2019, divulgado pelo Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Irecê, objetivando o **credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas interessadas em prestar serviços de neurologista e realização de exames de imagem para atender a demanda do mutirão de saúde na Policlínica de Saúde da Região de Irecê**, nos termos do chamamento público, conforme quantitativo e serviços abaixo propostos:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Rua ACM 84-A, Centro, Irecê, Bahia
www.consri.ba.gov.br - e-mail csrirece@gmail.com



CRSIrecê

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE

Diário Oficial Eletrônico
Ano III

Diário Eletrônico – ANOIII– Edição nº 001 de 04 de dezembro de 2017 - Instituída pela Resolução nº 004/2017
Irecê-Ba, 03 de setembro de 2019

VALOR ESTIMADO ANUAL	R\$
----------------------	-----

DADOS COMPLEMENTARES:

TELEFONES:

Cel : _____

Email: _____

DADOS BANCÁRIOS:

Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____

_____, ____ de _____ de 2019.

Assinatura e CPF

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO – (PESSOA JURÍDICA) (Papel timbrado da empresa)

Conforme o que determina o Art. 27, Inciso V, da Lei 8.666/93 e suas alterações, e, em cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que relata: “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores dezoiseseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”.

Desta forma **declaramos** a não existência de qualquer trabalhador em nosso quadro funcional que se enquadre no texto das Leis, Artigos e Incisos citados acima, bem como salientamos o conhecimento das sanções e penalidades previstas em Lei, pela omissão ou falha de informações, que vierem posteriormente a serem apuradas, quanto á presente declaração.

Rua ACM 84-A, Centro, Irecê, Bahia
www.consri.ba.gov.br - e-mail csrirece@gmail.com



CRSIrecê

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE

Diário Oficial Eletrônico
Ano III

Diário Eletrônico – ANOIII– Edição nº 001 de 04 de dezembro de 2017 - Instituída pela Resolução nº 004/2017
Irecê-Ba, 03 de setembro de 2019

Irecê-Ba, _____ de _____ de 20____.

Nome da empresa e carimbo
CNPJ nº

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE – (PESSOA JURÍDICA)

Ao Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Irecê

Em cumprimento às determinações das Leis Federais nº. 8.666/93 e alterações posteriores, declaram, para fins de participação na licitação retro mencionada que:

- a.) Nossa empresa não está impedida de contratar com a Administração Pública, direta ou indireta;
- b.) Não foi declarada inidônea pelo Poder Público de nenhuma esfera;
- c.) Não existe fato impeditivo à nossa habilitação;

Rua ACM 84-A, Centro, Irecê, Bahia
www.consri.ba.gov.br - e-mail csrirece@gmail.com



CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE

Diário Oficial Eletrônico
Ano III

Diário Eletrônico – ANOIII– Edição nº 001 de 04 de dezembro de 2017 - Instituída pela Resolução nº 004/2017
Irecê-Ba, 03 de setembro de 2019

d.) Não possuímos entre nossos proprietários, nenhum titular de mandato eletivo ou em comissão ou efetivo;

e.) Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Por ser a expressão da verdade, eu _____ representante legal desta empresa, firmo a presente.

Local e data.

Carimbo da empresa e Assinatura do proprietário/sócio/representante legal

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO Nº/2019.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2019
CREDENCIAMENTO Nº ____/2019

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE IRECÊ-BA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n.º xxxxxxxx, com sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato, representado por seu Prefeito, Sr....., portador do RG n.º....., inscrito no CPF sob o n.º:.....doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, de outro lado pessoa com sede na rua cidade de inscrito no C.N.P.J/C.P.F. n.º neste ato representada pelo Sr.(a)....., RG e CPF a seguir denominada de CONTRATADA, pactuam o presente Contrato, cuja celebração foi autorizada pelo Credenciamento nº/....., a qual rege-se pela Lei Federal nº 8666/93, bem pelo Resolução nº 003/2018, e documentos que fazem parte integrante do presente processo, têm entre si como justo e acordado as

Rua ACM 84-A, Centro, Irecê, Bahia
www.consri.ba.gov.br - e-mail csrirece@gmail.com



seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objeto deste é a **credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas interessadas em prestar serviços de neurologista e realização de exames de imagem para atender a demanda do mutirão de saúde na Policlínica de Saúde da Região de Irecê**, sob o regime de credenciamento, em estrita observância ao contido e especificado na documentação levada a efeito pelo **Processo Administrativo nº xxx/2019**, devidamente homologada pelo CONTRATANTE, regendo-se pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do edital referido, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR ESTIMADO				R\$

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:

- 2.1. A vigência do presente contrato será de ___de___ de 2019 a ___de___ de 2020, podendo ser prorrogado nos termos e limites da Lei;
- 2.2. Durante a vigência do contrato é obrigatório que o contratado mantenha regular todas as condições de habilitação e que informe toda e qualquer alteração na documentação referente à sua habilitação jurídica, qualificação técnica e regularidade fiscal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- 3.1. O pagamento será efetuado até o **5º (quinto) dia útil** do mês subsequente ao serviço;
- 3.2. O pagamento será efetuado de modo parcelado, de acordo com as ordens de serviço expedidas no período correspondente ao mês, e que deverá ser acompanhada da documentação necessária a sua liquidação, qual seja:
 - 3.2.1. Ordens de serviços e notas fiscais/recibos, atestadas pelo setor competente;
 - 3.2.2. Relação dos serviços;
 - 3.2.3. Valores totais.
 - 3.2.4. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal**, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade (pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual); (Pessoa física e jurídica)
 - 3.2.5. Prova de Regularidade com a **Fazenda Estadual**, em vigor; (Pessoa física e jurídica)
 - 3.2.6. Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal**, mediante a apresentação da Certidão de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, em vigor; (Pessoa física e jurídica)
 - 3.2.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**); (Pessoa jurídica)
 - 3.2.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **CNDT**- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, fornecida pelo TST - Tribunal Superior do Trabalho, com prazo de validade em vigor, nos termos do art. 642-A da CLT c/c o art. 29, Inciso V da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. (Pessoa física e jurídica)
- 3.3. O preço dos serviços a serem contratados será fixo e irrevogável até **xxxx**, após este prazo, em caso de prorrogação contratual, os preços dos serviços contratados poderão ser reajustados através dos índices de variação de IPCA/IBGE em vigor;
- 3.4. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal/recibo, esses deverão ser corrigidos no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, não respondendo o Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Irecê por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes;
- 3.5. Pela perfeita execução dos serviços objeto deste contrato e obedecidas as demais condições estipuladas neste instrumento, a contratante pagará a(o) contratado(a) o valor é de

Rua ACM 84-A, Centro, Irecê, Bahia
www.consri.ba.gov.br - e-mail csrirece@gmail.com



CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE

Diário Oficial Eletrônico
Ano III

Diário Eletrônico – ANOIII– Edição nº 001 de 04 de dezembro de 2017 - Instituída pela Resolução nº 004/2017
Irecê-Ba, 03 de setembro de 2019

R\$ _____ (_____).

3.6. Do valor acima descrito deverá ser destinando um percentual mínimo de 50% (cinquenta por centos) para pagamento com custos diretos e de 50% para o pagamento de custos indiretos e demais encargos.

3.7. É vedada a antecipação de pagamento.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. As despesas resultantes deste contrato correrão a conta das seguintes dotações:

UNIDADE:

PROJETO/ATIVIDADE:

ELEMENTO DE DESPESA:

FONTE:

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

5.1. DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(A):

5.1.1. Executar os termos do instrumento contratual ou da ordem de serviço em conformidade com as especificações básicas constantes do edital, do instrumento contratual e da ordem de serviço;

5.1.2. O credenciado será responsável, em relação aos seus empregados e ao serviço, por todas as despesas decorrentes da execução dos instrumentos contratuais, tais como: salários, encargos sociais, transporte, alimentação, hospedagem dos seus empregados e outros que venham a incidir sobre o objeto do contrato decorrente do credenciamento;

5.1.3. Responder por quaisquer prejuízos que causar ao patrimônio do Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Irecê ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

5.1.5. Manter durante toda a vigência do credenciamento e do contrato de prestação de serviço, todas as condições que ensejaram o credenciamento e contrato em especial no tange à regularidade fiscal e trabalhista;

5.1.6. Responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços objeto deste edital, nos termos da legislação vigente, **sendo-lhe expressamente proibida a subcontratação;**

5.1.7. Permitir a fiscalização da contratante;

5.1.8. Cumprir todas as obrigações que lhe caibam e que foram previstas no edital e seus anexos, bem como as obrigações previstas neste contrato. Aceitar ocorrência de alterações contratuais, inclusive com referência a acréscimos e supressões do objeto do contrato, nos termos do art. 65, da Lei nº 8.666/1993;

5.1.9. Prestar informações, fornecer dados e apoiar as ações necessárias ao pleno desempenho da fiscalização a cargo da Contratada;

5.1.10. Informar, imediatamente, à Contratada, eventual impossibilidade de realizar dos serviços, bem como a ocorrência de qualquer outra anormalidade relacionada à execução dos serviços;

5.1.11. A Contratada poderá conceder prazo para que o(a) Contratante regularize suas condições de habilitação – sob pena de rescisão contratual – quando não identificar má-fé ou incapacidade sua de corrigir a situação;

5.1.12. A inadimplência do(a) Contratado(a) com referência aos encargos trabalhistas, fiscais, comerciais ou por danos causados a terceiros não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização do serviço.

5.1.13. O(A) Contratado(a) deverá respeitar todos os direitos e prerrogativas do Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Irecê, além dos previstos em outras leis, os constantes dos artigos 58, 59 e 77 a 80 da Lei nº 8.666 de 21.06.93, os quais a contratada aceita e a eles se submete;

5.1.14. Os exames de ressonância serão realizados na empresa credenciada, os demais serão realizados na sede da Policlínica de Saúde.



5.2. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 5.2.1. Efetuar os pagamentos nos prazos e condições previstos no edital e no contrato;
- 5.2.2. Constituem direitos e prerrogativas do Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Irecê, além dos previstos em outras leis, os constantes dos artigos 58, 59 e 77 a 80 da Lei nº 8.666 de 21.06.93, os quais a contratada aceita e a eles se submete;
- 5.2.3. Exigir da contratada o cumprimento integral deste edital e do contrato;
- 5.2.4. O Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Irecê se reserva o direito de fiscalizar permanentemente a prestação dos serviços pelo contratado, sendo-lhe facultado o descredenciamento e a rescisão contratual, quando caracterizada a prestação considerada de má qualidade, mediante a verificação através de processo administrativo específico, com garantia da representação do contraditório e da produção da ampla defesa;
- 5.2.5. O Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Irecê se reserva todos os direitos e prerrogativas constantes dos artigos 58, 59 e 77 a 80 da Lei nº 8.666 de 21.06.93, além dos previstos em outras leis, os quais o(a) credenciado(a)/contratado(a) aceita e a eles se submete.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES:

- 6.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
 - 6.1.1. Advertência;
 - 6.1.2. Multa de **2% (dois por cento) do valor da obrigação**, nos casos de se negarem a cumprir com as obrigações assumidas expressa ou tacitamente, valor este atualizado até a data da sua liquidação através do índice de correção monetária apontado neste edital e no contrato;
 - 6.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a **2 (dois) anos**;
 - 6.1.4. Poderão ser declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após, decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 6.1.3;
 - 6.1.5. As sanções previstas nos item 6.1.1, 6.1.2 e 6.1.3 deste edital poderão ser aplicadas juntamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**.
- 6.2. No caso de aplicação da sanção estabelecida no item 6.1.4, fica facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de **05 (cinco) dias da abertura de vista**, podendo a reabilitação ser requerida após **2 (dois) anos** de sua aplicação;
- 6.3. As sanções previstas nos itens 6.1.3 e 6.1.4 deste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou as pessoas físicas que, em razão dos contratos regidos pela Lei 8.666/93:
 - 6.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 6.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 6.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 6.4. AO(À) CONTRATADO(A) poderão ser aplicadas as sanções e penalidades expressamente previstas na Lei nº 8.666 de 21.06.93, no Edital da Licitação e no Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO:

- 7.1. Nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993, são motivos para a rescisão do contrato:
 - 7.1.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
 - 7.1.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
 - 7.1.3. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;



- 7.1.4. O atraso injustificado no início do serviço;
- 7.1.5. A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Contratante;
- 7.1.6. A ocorrência de subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do(a) Credenciado(a) com outrem, a sua cessão ou transferência total ou parcial, bem como a sua fusão, cisão ou incorporação;
- 7.1.7. O desatendimento das orientações dos representantes designados pela Contratante para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- 7.1.8. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do §1º do art. 67, da Lei nº 8.666/1993;
- 7.1.9. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- 7.1.10. A dissolução da empresa ou sociedade, bem como o falecimento do Credenciado;
- 7.1.11. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura do Credenciado, que prejudique a execução do Contrato;
- 7.1.12. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela autoridade máxima da esfera administrativa;
- 7.1.13. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
- 7.1.14. O descumprimento de norma sobre trabalho de menor (art. 27, inciso V, da Lei nº 8.666/1993), sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
- 7.1.15. Ocorrendo a falta de manutenção das condições de habilitação prevista no inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, antes de ser efetivada a rescisão, o(a) contratado(a) será notificado(a).
- 7.2. A rescisão do contrato poderá ser:
- 7.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos na Lei 8.666/03;
- 7.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;
- 7.2.3. Judicial, nos termos da legislação;
- 7.3. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- 7.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;
- 7.5. A ocorrência de rescisão unilateral do contrato acarreta a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração;
- 7.6. A rescisão não eximirá o(a) Contratado(a) em relação a outras responsabilidades que, legalmente, a ele possam ser imputadas.

CLÁUSULA OITAVA – DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO:

- 8.1. O(A) Contratado(a) não poderá ceder o presente contrato, tampouco subcontratá-lo, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

- 9.1. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;
- 9.2. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. Os acréscimos ou supressões quando cabível serão formalizados por meio de termo aditivo.



CRSIrecê

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE

Diário Oficial Eletrônico
Ano III

Diário Eletrônico – ANOIII– Edição nº 001 de 04 de dezembro de 2017 - Instituída pela Resolução nº 004/2017
Irecê-Ba, 03 de setembro de 2019

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FORMA DO SERVIÇO:

10.1. A prestação dos serviços deverá ocorrer de acordo com a Cláusula Primeira estabelecida neste contrato, contado após o recebimento da ordem de serviço;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento;

11.2. Os referidos prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente do Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Irecê;

11.3. A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos, serão regulados pelo disposto na Lei 8.666/93 e demais preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e das disposições do Direito Privado, na forma do Art. 54, da Lei 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal;

11.4. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei n.º 8.666.93 caberá recurso, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da intimação do ato, observando-se o disposto no art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93;

11.5. Este contrato está vinculado de forma total e plena ao **Processo Administrativo nº xx/2019 e Credenciamento nº 0xx/2019**, que lhe deu causa, para cuja execução, exigir-se-á rigorosa obediência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:

11.1. Fica eleita a Comarca de Irecê/BA como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Contrato, recusando qualquer outra por mais privilegiada que seja.

11.2. E por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si seus sucessores em **02(duas) vias** iguais e rubricadas para todos os fins de direito na presença de duas testemunhas.

Irecê,..... de de 2019.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____